



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026  
PREGÃO ELETRONICO N.º 016/2026

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 016/2026, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL, brasileiro, casado, contador, portador do CPF/MF n.º 057.831.629-30 e da Carteira de Identidade RG n.º 8.351.589-9 SSP/PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.693.832/0001-70, estabelecido na Av. José Bonifácio, 1267 – centro – São José das Palmeiras/PR, neste ato representado por seu socio-administrador o Sr MARCELO BARATO, brasileiro, casado, maior, empresário, portador da RG nº 8.378.035-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 007.537.019-01, residente e domiciliado na Rua João Batista das Chagas, 796 - centro– São José das Palmeiras/PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Carne de frango, corte filé de peito Carne de frango, corte filé de peito, de primeira qualidade, não temperada, congelada, com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria, sem indícios de fermentação pútrida, sem sujidades, parasitas e larvas. Deverá possuir certificação de inspeção sanitária. O produto deverá ser entregue em embalagem íntegra, devidamente rotulada, contendo, no mínimo, data de fabricação, peso líquido e prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses, contados da efetiva entrega do produto, bem como identificação do órgão fiscalizador competente (SIM, SIE/SIP ou SIF).	LEVO	KG	400,00	19,28	7.712,00
2	1	Carne de frango, corte coxa e sobrecoxa Carne de frango, corte coxa e sobrecoxa, de primeira qualidade, não temperada, congelada, com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria, sem indícios de fermentação pútrida, sem sujidades, parasitas e larvas. Deverá possuir certificação de inspeção sanitária. O produto deverá ser entregue em embalagem íntegra, devidamente rotulada, contendo, no mínimo, data de fabricação, peso líquido e prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses, contados da efetiva entrega do produto, bem como identificação do órgão fiscalizador competente (SIM, SIE/SIP ou SIF).	LEVO	KG	500,00	9,57	4.785,00



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



3	1	Carne bovina magra Carne bovina magra, de primeira qualidade, tipo paleta, sem osso, sem gordura, cortada em cubos de aproximadamente 30 g, isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo ou que alterem suas características naturais, físicas, químicas e organolépticas. Deverá ser acondicionada em embalagem primária de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e de ação de microrganismos, em pacotes de 1 kg, devidamente selados, com especificação de peso, validade, do produto e da marca/procedência. Deverá possuir validade a vencer de, no mínimo, 3 (três) meses na data da entrega, bem como carimbo do órgão fiscalizador competente.	PROPRIA	KG	1.300,00	35,49	46.137,00
4	1	Carne bovina tipo patinho para bife Carne bovina tipo patinho para bife, cortada em bifés, fresca, de primeira qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, magra, sem gordura e sebo, isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo ou que alterem suas características naturais, físicas, químicas e organolépticas. Deverá ser acondicionada em embalagem primária de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e de ação de microrganismos, em pacotes de 1 kg, devidamente selados, com especificação de peso, validade, do produto e da marca/procedência. Deverá possuir validade a vencer de, no mínimo, 3 (três) meses contados da entrega e carimbo do órgão fiscalizador competente (SIF, SIP/SIE ou SIM).	PROPRIA	KG	1.300,00	43,06	55.978,00
5	1	Carne bovina moída, de primeira qualidade, magra, sem gordura Carne bovina moída, de primeira qualidade, magra, sem gordura e sebo, isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo ou que alterem suas características naturais, físicas, químicas e organolépticas. Deverá ser acondicionada em embalagem primária de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e de ação de microrganismos, em pacotes de 1 kg, devidamente selados, com especificação de peso, validade, do produto e da marca/procedência. Deverá possuir validade a vencer de, no mínimo, 3 (três) meses contados da entrega e carimbo do	PROPRIA	KG	2.100,00	34,67	72.807,00



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



		órgão fiscalizador competente (SIM, SIE/SIP ou SIF).					
6	1	Filé de peixe, tipo tilápia Filé de peixe, tipo tilápia, caracterizado por partículas de carne de peixe limpa, clara, sem pele, escamas, espinha e vísceras, oriundas de processo de filetagem. Deverá ser apresentado congelado, em temperatura compatível com o produto congelado no momento do recebimento pelas escolas. A cobertura de gelo não deverá ultrapassar 15% (quinze por cento) do peso líquido do produto descongelado e drenado. O produto final não deverá conter materiais estranhos à sua composição e deverá estar isento de microrganismos capazes de constituir perigo à saúde do consumidor, bem como livre de odores e sabores estranhos. Serão aceitos apenas filés sem espinhos, tipo tilápia. Os produtos de origem animal deverão possuir carimbo do órgão de inspeção competente (SIF, SIE/SIP ou SIM) e estar em conformidade com a legislação sanitária vigente.	Pescado do Gelson	KG	600,00	42,80	25.680,00
7	1	Carne suína, corte lombo sem osso Carne suína, corte lombo sem osso, de primeira qualidade, resfriada, picada em cubos de aproximadamente 30 g, devendo observar os padrões microbiológicos e sanitários aplicáveis. A embalagem deverá ser em sacos de polietileno de baixa densidade, atóxico, lacrado e resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido de 1 kg. As embalagens deverão ser identificadas com o nome do produto, peso, validade e procedência.	PROPRIA	KG	2.500,00	22,55	56.375,00
8	1	Coxa/sobrecoxa de frango desossada e sem pele Coxa/sobrecoxa de frango desossada e sem pele, congelada, sem osso, sem pele, sem aponevroses e/ou cartilagem. O percentual máximo de gordura aparente aceito é de 7% (sete por cento). O produto não poderá apresentar mais de 5% (cinco por cento) de líquido após o descongelamento. Deverá apresentar contornos definidos, firmeza, ausência de manchas, peça lisa, coloração clara e odor característico. Não deverá apresentar sujidades, penas, vísceras e carcaça, nem conter excesso de gelo. O produto não poderá conter glúten.	LEVO	KG	2.500,00	17,84	44.600,00
<b>TOTAL.....</b>							<b>314.074,00</b>



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



*Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 14133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:*

**Cláusula Primeira** - Do objeto - Constitui objeto do presente Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de carnes in natura, destinadas ao preparo da merenda escolar, para atendimento das necessidades da Escola Municipal e do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI do Município de São José das Palmeiras/PR

**Cláusula Segunda** - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 016/2026 quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

**Cláusula Terceira** - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira é o R\$ 314.074,00 ( trezentos e quatorze mil e setenta e quatro reais). As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado mediante transferência bancária (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão de Débitos Trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência da ata e/ou do contrato dela decorrente.

**Parágrafo Primeiro:** A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: [financas@sjpgalmeiras.pr.gov.br](mailto:financas@sjpgalmeiras.pr.gov.br)

**Parágrafo Segundo** - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

**Parágrafo Terceiro-** O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**Parágrafo Quarto :** Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

**Parágrafo Quinto:** Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

**Parágrafo Sexto:** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**Cláusula Quarta** – Dos prazo de fornecimento, reajustamento  
Prazo de atendimento às Ordens de Fornecimento/Requisições

**Paragrafo Primeiro:** Recebida a Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento (AF) ou requisição formal emitida pela Administração, a Contratada deverá efetuar a entrega de forma



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



parcelada, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com prazo de entrega de até 07 (sete) dias, admitindo-se, em casos emergenciais devidamente justificados, entrega em até 24 (vinte e quatro) horas, nos seguintes locais: Escola Municipal Regente Feijó e Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Professora Luciana Brum, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h00, observadas as condições e especificações previstas no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo** - As requisições serão emitidas conforme a necessidade da Administração, considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de aquisição de quantitativos mínimos nem periodicidade fixa de fornecimento, respeitados os quantitativos registrados e a vigência da ARP.

**Parágrafo Terceiro** - Substituir, sem ônus à Administração, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, quaisquer produto entregues em desconformidade com as especificações, com itens impróprios ao consumo, com validade vencida ou inadequada, embalagens violadas/avariadas, divergência de composição do item ou que apresentem qualquer irregularidade que comprometa o consumo, inclusive em casos de recolhimento (recall) pelo fabricante

**Parágrafo Quarto** - Os produtos serão contratados e fornecidos conforme a necessidade do Município de São José das Palmeiras-PR, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em até igual período, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023.

**Parágrafo Quinto:** Havendo renovação da ata e/ou do contrato decorrente, serão mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, com atualização monetária dos valores, pelo índice do IPCA, após decorrido o período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta, nos termos dos arts. 41 e 42 do Decreto Municipal nº 56/2023, para mais ou para menos. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**Parágrafo Sexto:** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/21. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**Parágrafo Sétimo:** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto nos artigos 52 e 53 do Decreto Municipal nº 56/2023.

**Cláusula Quinta** - do crédito orçamentário -

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2330	06.002.10.301.0007.2034	0	3.3.90.32.00.00	Do exercício

**Clausula Sexta:** Da hipótese de rescisão:

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas no (s) artigo (s) 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**Cláusula Sétima:** Da cessão:



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava - Das penalidades**

Pela inexecução total ou parcial do objeto, bem como pelo descumprimento das obrigações assumidas ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nas ordens de fornecimento, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 154 a 162, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**Cláusula Nona: Da Fiscalização –**

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Regina Helena Dapper Fagundes, conforme Portaria nº 010/2026.

Ao (s) qual (ais) competirá (rão) velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Clausula Décima- Dos Acréscimos E Supressões**

O CONTRATANTE se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação através de Aditivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

**Clausula Décima Primeira - São obrigações da contratada:**

- a) Fornecer os materiais e insumos para Enfermagem rigorosamente conforme as especificações deste Termo de Referência e do Anexo/Planilha de Itens, nas quantidades solicitadas e dentro dos prazos e condições estabelecidos no Edital e na Ata de Registro de Preços (ARP);
- b) Entregar produtos novos, originais, de primeiro uso, em perfeitas condições de fornecimento e utilização, sem avarias, com embalagens íntegras e devidamente identificadas, atendendo às exigências de acondicionamento, armazenamento e transporte adequados para preservação da integridade e qualidade dos materiais;
- c) Para os itens sujeitos à vigilância sanitária ou a regulamentação específica, apresentar e manter a regularidade de registro, notificação, cadastro ou isenção perante a ANVISA, conforme o caso, bem como cumprir as demais normas sanitárias, técnicas e de segurança;
- d) Garantir que os materiais e insumos entregues atendam integralmente às exigências técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se por qualquer entrega de produto com defeito, inadequação, divergência de especificação ou sem a devida conformidade técnica e sanitária;
- e) Garantir, se necessário, assistência e atendimento de garantia, com substituição do item/lote durante o período de garantia aplicável, observado o mínimo legal e as garantias específicas previstas no Termo de Referência, sem ônus para a Administração, nos prazos definidos neste instrumento e no Edital/ARP;
- f) Substituir, sem ônus à Administração, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, quaisquer itens entregues em desconformidade com as especificações, com defeitos, avarias, divergências técnicas, embalagens violadas ou que apresentem qualquer irregularidade que comprometa seu uso, inclusive em casos de recolhimento (recall) pelo fabricante;



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- g) Arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, incluindo frete, seguros, tributos, encargos, embalagens, carga, descarga e demais despesas, não sendo admitido qualquer repasse posterior à Administração;
- h) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando documentação atualizada sempre que solicitada;
- i) Atender prontamente às solicitações da fiscalização e da gestão contratual, prestar esclarecimentos, apresentar documentos técnicos quando exigidos (tais como manuais, fichas técnicas, certificados do fabricante, laudos e/ou declarações, quando cabíveis) e permitir a verificação da conformidade dos produtos fornecidos;
- j) Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas no fornecimento, inclusive pela entrega de produtos inadequados, irregulares ou em desconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- k) Cumprir integralmente as condições do Edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes, mantendo padrão de qualidade compatível com o uso nas rotinas assistenciais e nos serviços de saúde pública.

**Cláusula Decima Segunda – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa,



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Terceira - Das alterações**

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima Quarta - Do Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 10 de junho de 2026.

FRANCO MARIA  
ALVES  
CABRAL:05783162930

Assinado de forma digital por  
FRANCO MARIA ALVES  
CABRAL:05783162930  
Dados: 2026.06.10 15:16:01  
-03'00'

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
(Franco Maria Alves Cabral)  
Contratante

**MARCELO**  
**BARATO:007537**  
**01901**

Assinado digitalmente por MARCELO  
BARATO:00753701901  
ND: C=BR, CN=MARCELO BARATO:00753701901,  
O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.06.10 15:10:26-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

**SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**  
(Marcelo Barato)  
Contratada

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026  
PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026.**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de carnes in natura, destinadas ao preparo da merenda escolar, para atendimento das necessidades da Escola Municipal e do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI do Município de São José das Palmeiras/PR

**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.

**CONTRATADA:** SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

**VALOR:** R\$ 314.074,00 ( trezentos e quatorze mil e setenta e quatro reais) até o término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 10 de junho de 2027.

São José das Palmeiras, em 10 de junho de 2026.

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**  
Prefeito Municipal